

Os crimes que envolvem crianças escravizadas (Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre-RS. 1820-1870)

JOSÉ RESENDE JR;
JONAS VARGAS

UFPEL – *josericaardoresendejr@gmail.com*

UFPEL – *jonasmvargas@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

Efervescentes debates começaram a fervilhar na corte imperial brasileira, após as primeiras décadas do século XIX, em relação ao tráfico atlântico de escravizados, principalmente pela pressão do abolicionismo inglês (FLORENTINO; VILLA, 2016). Essas disputas ideológicas e políticas, colocaram em cheque diversos aspectos da escravidão atlântica, e como resultado, a era das revoluções (HOBBSAWM, 1981) guiou a América para diversos processos de emancipação, com a formação de repúblicas e a abolição da escravidão em diferentes esferas americanas. Ainda que nenhuma das duas tivessem atingido o Brasil, até então, a pressão dos movimentos emancipatórios de controle do tráfico atlântico, tiveram forte influência na relação entre senhores e escravizados e também na demografia da escravidão, como apontam Fragoso e Florentino (FRAGOSO; FLORENTINO, 1987), para um aumento considerável na concentração de crianças nos plantéis escravistas, tendo em vista a diminuição do tráfico africano em 1831 e a sua extinção legal em 1850. Por sua vez, o fenômeno de aumento das crianças nas escravarias, modifica seus lugares sociais frente a estrutura sócio-política que as constituem.

Durante todo processo da escravidão negra no Brasil, as crianças escravizadas desempenhavam diversas funções (MATTOSO, 2013), a partir dos oito anos começavam a aprender ofícios para desempenhar no futuro, serviam água para seus senhores e atendiam suas necessidades básicas, quando mais novos, as crias de pé estavam sujeitos a ambiguidade senhorial. Por vezes podiam ser vistos participando das brincadeiras junto as crianças brancas, sendo paparicadas pelas senhoras, e por outras vezes, levando severos castigos, acompanhando as mães junto a lida, servindo como “animais domésticos” dos filhos dos senhores. Todavia, se crê que as crianças escravizadas gozavam de liberdades maiores, em relação a esta mesma população na fase adulta. Circulavam quase que livremente pela cidade, brincando no cais, correndo entre vielas e campos, acompanhando outros escravos mais velhos em seus ofícios, juntando agulhas para costurar agasalhos, selando cavalos, pregando tábuas, cruzando a cidade para entregar recados ou até mesmo indo comprar mate para seus senhores. Em meio a essa circularidade, estavam expostos a todo tipo de violência e dentro dessa cultura estranha sobreviviam, cresciam, trabalhavam, roubavam, negociavam, matavam e morriam.

2. METODOLOGIA

Quanto a metodologia de análise das fontes criminais, a pesquisa terá dois nortes de exame: quantitativo e qualitativo, afim de suprir respostas aos objetivos alavancados no presente projeto.

Da análise quantitativa, temos como categoria de análise crimes em que as crianças escravizadas apareçam como réis e vítimas, nas cidades de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre entre 1820 e 1870. Também tipificar os crimes em que essas crianças aparecem, para compreender a que tipos de violências e vivências estas sujeitas históricas estavam expostas.

O estudo terá como base a metodologia quantitativa usada por Luís Augusto Farinatti (FARINATTI, 2007) em sua tese, “Confins Meridionais”, o pesquisador utilizou-se dos processos crimes para compreender mais sobre a rede de relações sociais de figuras invisibilizadas como os peões de estância,. Através dessas referências, faremos a quantificação das testemunhas nesses processos, afim de entender as pessoas que estavam próximas a essas crianças nos momentos de cometer ou de sofrerem esses crimes. Para entender a qualidade das condenações, ou seja, quais crianças eram mais condenadas. Será usada o método denominado Regressão Linear Múltipla (RIBEIRO, 1995), usado pelo sociólogo Carlos Ribeiro na obra de 1995.

Quanto a metodologia qualitativa, a presente pesquisa baseia-se no estudo já referenciado Visões da Liberdade de Sidney Chalhoub (CHALHOUB, 1990). O autor desenvolve uma análise textual dos processos crimes, e com base nisso reconstrói os eventos e a relação dos escravizados com seus senhores nas últimas décadas do sistema escravista do Império. Como já previsto anteriormente, a noção de justiça e crime a qual a pesquisa se refere, é norteadas pelas concepções do marxismo britânico de justiça como um ambiente de disputa e negociação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As fontes judiciais usadas nesta pesquisa estão localizados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, dentro do levantamento dos processos criminais que envolvem as crianças escravizadas tanto como réis, mas também como vítimas encontramos 18 condenações, 10 absolvições, 7 improcedências, 4 sem informação, 2 desistências, 1 procedência e 1 processo interrompido.

Quando dividimos as crianças por categorias, percebemos que como réis dos crimes, estão elas quantificadas em apenas dois, sendo eles furto (4) e homicídio (7), somando ao todo 11 crimes cometidos pelas crianças escravizadas. Quanto aos crimes sofridos pelas crianças temos 6 tipificações, sendo eles: estupro (5), reduzir à escravidão pessoas livres (10), defloramento (1), homicídio (9), ferimentos e outras ofensas físicas (7), infanticídio (1) correspondendo a um todo de 33 processos em que as crianças aparecem como vítimas.

Importante salientar que as regiões pesquisadas são Pelotas, Rio Grande e Porto-Alegre, escolhidas pela característica de escravidão urbana, espaços onde a maioria desses crimes ocorreram. O resultado nesses crimes nos apontam a maior quantidade, tanto de crimes cometidos quanto sofridos para a categoria de homicídio, o que nos faz pensar os tipos de violências que essas crianças estavam expostas.

4. CONCLUSÕES

O trabalho ainda está em processo de levantamento, mas através dos dados preliminares, podemos concluir que através da ótica da criminalidade a própria ideia de infância se transforma. A análise textual dos processos pode servir para dar luz a um cotidiano invisibilizado pela historiografia da escravidão. Essa análise nos possibilita imaginar por onde essas crianças circulavam, o que faziam e principalmente como, nos instiga a pensar como elas mesmos se enxergavam perante a lei e de que forma usavam-na ou a burlavam. A relevância dessa pesquisa reside também, na ausência de trabalhos que pensem a criminalidade e a infância escravizada e como esses debates acabam se vinculando com os conflitos raciais da contemporaneidade no Brasil, o extermínio da população negra, o seu encarceramento em massa e a criminalização dessa juventude.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.
- FARINATTI, Luís A. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Tese de doutorado. UFRJ. 2007
- FLORENTINO, Manolo; VILLA, Carlos. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil(1810-1850). 2016. **História (São Paulo)**. V.35 e 78, 2016.
- FONSECA, Ricardo Marcelo. A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX. In NEDER, Gizlene. **História e Direito: jogos de encontros e transdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Revan, 2007b.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **Marcelino, filho de inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre Famílias Escravas em Paraíba do Sul (1835-1872)**. 1987.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Paz e Terra. João Pessoa. 1985.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**. Paz e Terra. 1981.
- JR RESENDE, José. **“As crianças pretas da Princesa do Sul”: um estudo quantitativo dos inventários post-mortem e das cartas de alforria – Pelotas/RS, 1850-1870**. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de História Licenciatura. Universidade Federal de Pelotas, 2018.
- LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- MACHADO, Maria Helena. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo. Editora Brasiliense. 2013
- MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império, Rio de Janeiro**: Jorge Zahar Editora, 2008.
- NEVES, M. de F. R. **Infância de faces negras: a criança escrava brasileira no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 1993.
- PINTO, Luciano da Costa. **Moral e Religião no Código Criminal Imperial ou uma apologia da soberania em tempos de ilustração**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.
- PRIORE, Mary Del. **Mulheres no Brasil Colonial**. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2003.



RIBEIRO, Carlos. **Cor e criminalidade**. Editora UFRJ. 1995

TEIXEIRA, Heloísa. **A não-infância: crianças como mão-de-obra em Mariana (1850-1900)** Tese.PPHE. USP. 2007

WISSENBACH, Maria Cristina dos santos. **Sonhos africanos, vivências ladinhas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)**. São Paulo: Hucitec, 1998.